

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
E NOTAS EXPLICATIVAS
3º Trimestre de 2025

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
Administração Direta

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE
Secretaria Executiva – SE
Departamento de Administração, Finanças e Contabilidade – DAFC
Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos – CGCC
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas – 2025 – 3º Trimestre
Administração Direta

MINISTÉRIO DO
TRABALHO E EMPREGO



MINISTRO DO TRABALHO

LUIZ MARINHO

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

FRANCISCO MACENA DA SILVA

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

ROGERIO XAVIER ROCHA

Coordenador-Geral de Contabilidade e Custos

WELINTON VITOR DOS SANTOS

Coordenadora de Contabilidade

PATRICIA DE MELO COSTA

Elaboração

Tatiane Aguiar de Oliveira

Equipe Setorial Contábil

Crislaine dos Santos Diniz

Diego Miranda Machado Maia

Francisco Wanderley Menezes da Silva

Nina Lubiane Gomes de Souza

Raimundo Geraldo Ribeiro

Tatiane Aguiar de Oliveira

Informações:

Telefone: 2031-6031

Correio eletrônico: ccont@trabalho.gov.br

Sumário

CONTEXTO OPERACIONAL.....	64
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	109
I - BALANÇO PATRIMONIAL.....	1010
II - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	1212
III - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	1313
V - BALANÇO FINANCEIRO.....	1515
VI - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	1618
NOTAS EXPLICATIVAS.....	1820
BALANÇO PATRIMONIAL.....	2123
1 . CAIXA EQUIVALENTE DE CAIXA.....	2124
2 . CRÉDITOS DE CURTO E LONGO PRAZO.....	2224
2.1 – Demais Créditos e Valores.....	2225
2.1.1 Créditos por Dano ao Patrimônio.....	2326
3.1 Bens Móveis.....	2628
3.2 Bens Imóveis.....	2729
4 . INTANGÍVEL.....	3031
5 . CONTAS DE CONTROLE.....	3232
5.1 - Convênios e Instrumentos Congêneres.....	3233
5.2 Contratos em Execução.....	3333
5.3 - Diversos Responsáveis.....	3435
5.4 – Passivos Contingentes.....	3535
6 . DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	3636
6.1 Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA.....	3637
6.2 Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD.....	3637
6.3 Desempenho Financeiro.....	3637
6.4 Desempenho Não Financeiro.....	3737
6.5 Demonstração das Variações Patrimoniais – Ajustada.....	3738
7 . BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	3940

7.1 Conciliação: Balanço Orçamentário x Demonstração dos Fluxos de Caixa	3941
7.2 Restos a Pagar	4041
7.3 Execução Orçamentária.....	4343
8 . DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	4444
8.1. Geração Líquida de Caixa	4445
8.2. Atividades Operacionais	4445
8.3. Conciliação: Demonstração dos Fluxos de Caixa x Caixa e Equivalentes de Caixa	4445
9 . BALANÇO FINANCEIRO	4546
9.1 – Resultado Financeiro	4546
9.2 Receitas e Despesas Orçamentárias.....	4647
9.3 Transferências Financeiras – Recebidas e Concedidas	4647
9.4 Pagamentos e Recebimentos Extraorçamentários	4647

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE
Secretaria Executiva – SE
Departamento de Administração, Finanças e Contabilidade – DAFC
Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos – CGCC
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas – 2025 – 3º Trimestre
Administração Direta



LISTA DE SIGLAS e ABREVIações

BF – Balanço Financeiro
BO – Balanço Orçamentário
BP – Balanço Patrimonial
BCB - Banco Central do Brasil
CEF – Caixa Econômica Federal
CF – Constituição Federal
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CGFIN – Coordenação-Geral de Recursos Financeiros
CTU - Conta Única do Tesouro Nacional
DCON – Demonstrações Contábeis
DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa
DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
LOA – Lei orçamentária anual
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
ME – Ministério da Economia
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
MTP – Ministério do Trabalho e Previdência
NBC ASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NBC TSP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
OFSS – Orçamento Fiscal e Seguridade Social
PCASP – Plano de Contas Aplicada ao Setor Público
RP – Restos a Pagar
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SPIUNET – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SRFB – Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
UG – Unidade Gestora
VPA – Variação Patrimonial Aumentativa
VPD – Variação Patrimonial Diminutiva

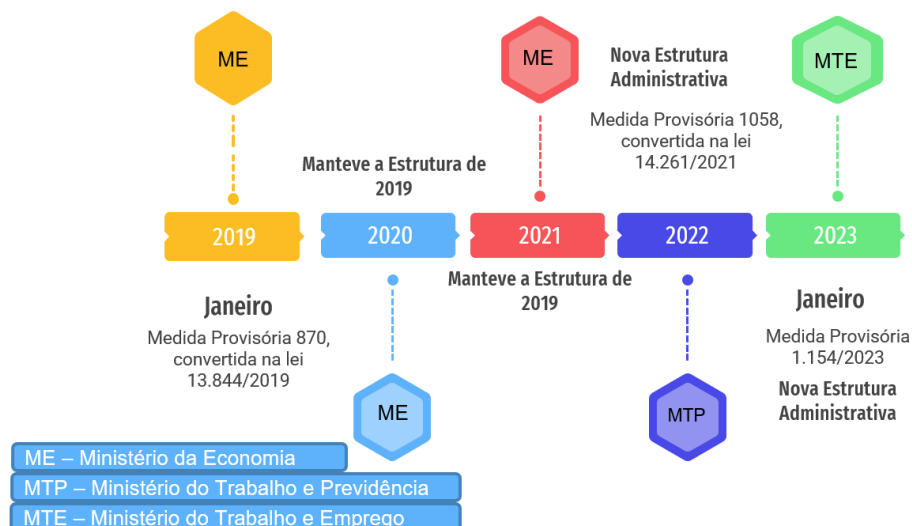
CONTEXTO OPERACIONAL

O Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, inscrito no CNPJ nº 23.612.685/0001-22, localizado no endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco F, CEP 70.059-900 é órgão da Administração Pública Direta do Governo Federal.

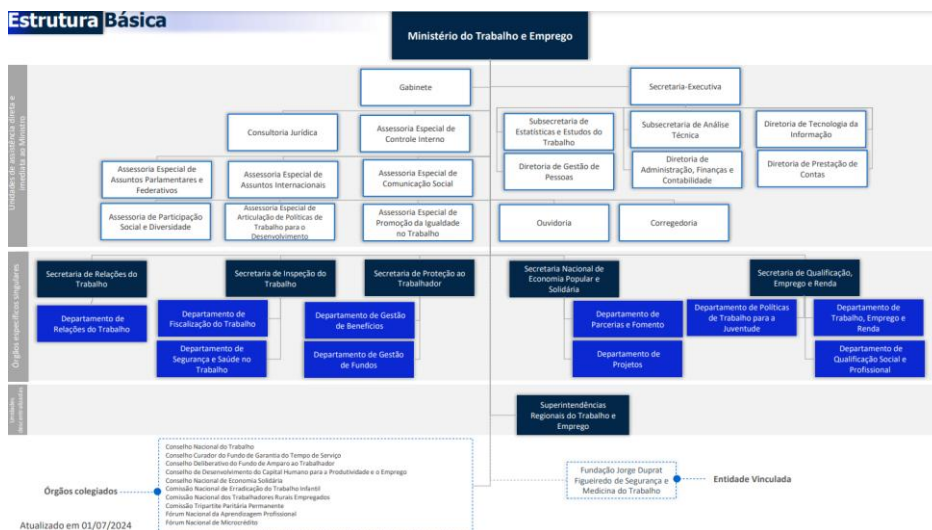
Em janeiro de 2019 o MTE foi incorporado ao Ministério da Economia, a Medida Provisória nº 870 convertida na lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019, que trata da estrutura do poder executivo da administração pública federal direta, transformou o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e o Ministério do Trabalho e Emprego no Ministério da Economia.

Outra Reforma da Organização Administrativa do Governo Federal ocorreu em 27 de julho de 2021. Por meio da Medida Provisória nº 1.058, convertida na lei nº 14.261 de 16 de dezembro de 2021, desmembrou do Ministério da Economia as pastas do Trabalho e da Previdência, criando o Ministério do Trabalho e Previdência.

A Medida Provisória nº 1.154, de janeiro de 2023, convertida na lei nº 14.600 de 19 de junho de 2023, estabeleceu a nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e seus Ministérios. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foi recriado, ocorrendo assim a cisão das pastas Trabalho e Previdência.



A figura abaixo traz a Estrutura Básica do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, regulamentada pelo Decreto nº 11.779/2023.



Fonte: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/ acesso-a-informacao/institucional/organograma>

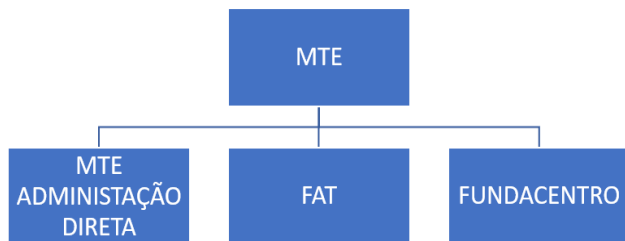
A Lei nº 14.600/2023 definiu, ainda, em seu art. 46, como área de competência do MTE:

- I. Política e diretrizes para a geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador;
- II. Política e diretrizes para a modernização do sistema de relações de trabalho e do sistema sindical;
- III. Fiscalização do trabalho, inclusive dos trabalhos portuário e aquaviário, e aplicação das sanções por descumprimento de normas legais ou coletivas;
- IV. Política salarial;
- V. Intermediação de mão de obra e formação e desenvolvimento profissionais;
- VI. Segurança e saúde no trabalho;
- VII. Economia popular e solidária, cooperativismo e associativismo;
- VIII. Carteira de trabalho, registro e regulação profissionais;
- IX. Registro sindical;
- X. Produção de estatísticas, de estudos e de pesquisas sobre o mundo do trabalho para subsidiar políticas públicas;
- XI. Políticas de aprendizagem e de inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, em articulação com os demais órgãos competentes;
- XII. Políticas de enfrentamento às desigualdades no mundo do trabalho;
- XIII. Políticas direcionadas à relação entre novas tecnologias, inovação e mudanças no mundo do trabalho, em articulação com os demais órgãos competentes;
- XIV. Políticas para enfrentamento da informalidade e da precariedade no mundo do trabalho, bem como ações para mitigar a rotatividade do emprego;
- XV. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e
- XVI. Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Estas e outras informações relevantes a respeito do Ministério do Trabalho e Emprego relacionadas com suas funções, estrutura, atividades e outras notícias podem ser encontradas no site <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br>.

Quanto aos demonstrativos contábeis, o Ministério do Trabalho e Emprego, no âmbito da estrutura do sistema federal de contabilidade, atua como setorial de Órgão Superior dos seguintes órgãos vinculados:

- Administração Direta (MTE);
- Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); e
- Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Seg. E Medicina do Trabalho (Fundacentro);



~~Considerando a composição acima, os detalhamentos operacionais relevantes que gerem impactos nas Demonstrações Contábeis do Ministério do Trabalho e Emprego – Órgão Superior estão detalhados nas notas dos órgãos específicos (órgãos subordinados).~~

A lei nº 15.121, de 10 de abril de 2025, que aprovou o orçamento para o exercício financeiro de 2025, teve por base a estrutura administrativa vigente em 2023, os créditos aprovados foram alocados na unidade orçamentária 40101.

Dotação Inicial	Dotação Atual
2.899.313.227	2.212.594.823

Fonte: SIOP - Valores em R\$

Na tabela acima observa-se que da Dotação Inicial para a Dotação Atual houve uma redução de 23,68%. Ainda no aspecto orçamentário, destacamos abaixo as duas maiores ações orçamentárias que representam quase 55% do total do orçamento do MTE – Administração Direta, vinculada a unidade orçamentária 40101, para o Exercício Financeiro de 2025. O quadro a seguir apresenta os valores da dotação atual nas citadas ações orçamentárias:

Ação	Dotação Atual	%
20TP - Ativos Cíveis da União	1.051.237.137	47,51%
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	177.301.675	8,01%
Dotação Total Atual	1.228.538.809	55,52%

Fonte: SIOP 2025, valores em R\$

Estas e outras informações relevantes a respeito do Ministério do Trabalho e Emprego relacionadas com suas funções, estrutura, atividades e outras notícias podem ser encontradas no site <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/>.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- V. Balanço Financeiro (BF);
- VI. Notas Explicativas.

A seguir serão apresentadas as DCON, acompanhadas das respectivas notas explicativas.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

I - BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota	30/09/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	111.702.738	124.919.597
Créditos a Curto Prazo	2	564.106.875	543.299.867
Demais Créditos e Valores	2.1	564.106.875	543.299.867
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Curto		-165.662	-165.662
Estoques		2.035.516	2.340.195
Total Ativo Circulante		677.845.130	670.559.660
Não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo		8.477.516	0
Créditos a Longo Prazo		8.477.516	0
Demais Créditos e Valores		213.588.928	205.135.518
(-) Ajustes para Perdas		-205.111.412	-205.135.518
Imobilizado	3	480.087.860	462.247.922
Intangível	4	121.889.113	115.699.211
Total Ativo não Circulante		610.454.489	577.947.132
Total do Ativo		1.288.299.619	1.248.506.792

Passivo	Nota	30/09/2025	31/12/2024
Circulante			
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		95.649.162	87.875.204
Fornecedores e Contas a Pagar		4.069.896	37.617.025
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		7.962	28.641
Transferências Fiscais a Curto Prazo		750	3.185.840
Provisões		0	0
Demais Obrigações		66.796.935	59.401.113
Total Passivo Circulante		166.524.706	188.107.822
Não Circulante			
Total Passivo não Circulante		0	0
Total Passivo		166.524.706	188.107.822

Patrimônio Líquido	Nota	30/09/2025	31/12/2024
Demais Reservas		30.286.781	21.071.505
Resultado do Exercício		51.025.356	100.397.616

Resultados de Exercícios Anteriores		1.040.653.173	958.160.493
Ajustes de Exercícios Anteriores		-190.397	-19.230.644
		1.121.774.913	1.060.398.970
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.288.299.619	1.248.506.792

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

Saldo Patrimonial	30/09/2025	31/12/2024
Ativo		
Financeiro	111.702.738	124.919.597
Permanente	1.176.596.880	1.123.587.195
	1.288.299.619	1.248.506.792
Passivo		
Financeiro	287.828.183	277.485.346
Permanente	47.120.798	27.682.131
	334.948.981	305.167.477
Saldo Patrimonial	953.350.637	943.339.315

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Ativo	30/09/2025	31/12/2024
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias Recebidas	19.433.319	7.805.195
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	30.981.918	460.000
Total	50.415.238	8.265.195

Passivo	30/09/2025	31/12/2024
Atos Potenciais Passivos		
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos	324.784.093	451.557.046
Obrigações Contratuais	3.240.744.960	2.196.271.911
Total	3.565.529.052	2.647.828.958

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Destinação de Recursos	30/09/2025
Recursos Ordinários	-87.443.522
Recursos Vinculados	-88.681.922
1. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)	-42.793.165

Formatado: À esquerda, Espaçamento entre linhas: simples

2. Recursos Vinculados à Previdência Social (RPPS)	-144.747
3. Dívida Pública	-1.463.073
4. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	0
5. Outros Recursos Vinculados	0
6. Fundos, Órgãos e Programas	-44.280.938
Total	-176.125.445

II - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

<i>Variação Patrimonial</i>	<i>Nota</i>	<i>30/09/2025</i>	<i>30/09/2024</i>
Aumentativa	6.1		
Contribuições		28.431.377	51.896.841
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		93.927.905	66.827.138
Transferências e Delegações Recebidas		92.639.405.599	83.303.916.757
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		127.444.227	67.509.503
Exploração e Venda de Bens, Serviços e		0	0
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		787.117.759	514.411.054
Subtotal		93.676.326.868	84.004.561.294
Diminutiva	6.2		
Pessoal, e Encargos		1.077.887.890	997.394.021
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		8.455.630	336.671.560
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital		525.893.384	455.673.235
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		10.090	27.887
Transferências e Delegações Concedidas		91.919.736.297	82.151.077.390
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		64.464.446	26.520.812
Tributárias		242.284	87.388
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		28.611.491	51.956.753
Subtotal		93.625.301.512	84.019.409.046
Resultado Patrimonial do Período		51.025.356	-14.847.752

III - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Corrente				
Receitas de Contribuições	56.674.867	56.674.867	28.430.434	-28.244.433
Receita Patrimonial	-	-	659.882	659.882
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	780.628.376	780.628.376	859.941.067	79.312.691
	837.303.243	837.303.243	889.031.383	51.728.140
Capital				
Alienação de Bens	-	-	-	-
	-	-	-	-
Subtotal de Receitas	837.303.243	837.303.243	889.031.383	51.728.140
Déficit	-	-	544.904.487	544.904.487
Total	837.303.243	837.303.243	1.433.935.870	596.632.627
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-757.813.565	-	757.813.565
Superavit Financeiro				
Excesso de Arrecadação	-	0	-	-
Créditos Cancelados	-	-757.813.565	-	-

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
Corrente						
Pessoal, e Encargos Sociais	2.156.248.231	1.382.398.436	979.480.922	961.099.378	859.570.573	402.917.514
Outras Despesas Correntes	700.938.680	726.990.307	446.600.289	354.270.042	344.441.422	280.390.018
	2.857.186.911	2.109.388.743	1.426.081.211	1.315.369.419	1.204.011.995	683.307.532
Capital						
Investimentos	34.726.956	24.711.559	7.854.659	375.249	349.277	16.856.900
	34.726.956	24.711.559	7.854.659	375.249	349.277	16.856.900
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.399.360	7.399.360	-	-	-	7.399.360
Subtotal das Despesas	2.899.313.227	2.141.499.662	1.433.935.870	1.315.744.669	1.204.361.272	707.563.792
Total	2.899.313.227	2.141.499.662	1.433.935.870	1.315.744.669	1.204.361.272	707.563.792

IV - RESTOS A PAGAR

<i>RP Não Processado</i>	<i>Nota</i>	<i>Inscritos Ex. Anteriores</i>	<i>Inscritos em 31 de Dezembro do Ex. Anterior</i>	<i>Liquidados</i>	<i>Pagos</i>	<i>Cancelados</i>	<i>Saldo</i>
Despesas Correntes							
Pessoal, e Encargos		0	2.220.882	1.042.634	1.042.634	0	1.178.247
Outras Despesas Correntes		26.485.270	95.637.573	77.525.821	77.525.697	3.049	44.594.097
Subtotal		26.485.270	97.858.454	78.568.455	78.568.331	3.049	45.772.344
Despesa de Capital							
Investimentos		4.552.844	1.549.813	891.025	886.095	150.000	5.066.562
Subtotal		4.552.844	1.549.813	891.025	886.095	150.000	5.066.562
Total	7.2	31.038.114	99.408.267	79.459.480	79.454.426	153.049	50.838.906

<i>RP Processado</i>	<i>Nota</i>	<i>Inscritos Ex. Anteriores</i>	<i>Inscritos em 31 de Dezembro do Ex. Anterior</i>	<i>Pagos</i>	<i>Cancelados</i>	<i>Saldo</i>
Despesas Correntes						
Pessoal, e Encargos Sociais		326.896	105.136.245	105.135.616	629	326.896
Outras Despesas Correntes		1.020	40.666.098	37.345.654	1.090.641	2.230.823
Despesas De Capital						
Investimentos		0	68.866	30.841	38.025	0
Total	7.2	327.916	145.871.209	142.512.111	1.129.295	2.557.719

V - BALANÇO FINANCEIRO

<i>Ingressos</i>	<i>Nota</i>	<i>30/09/2025</i>	<i>30/09/2024</i>
Receitas Orçamentárias	9.1		
Ordinárias		604.081	16.020.316
Vinculadas		876.276.446	583.450.810
(-) Deduções da Receita Orçamentária		12.150.856	14.842.135
		889.031.383	614.313.261
Transferências Financeiras Recebidas	9.2		
Resultantes da Execução Orçamentária		73.493.192.823	75.438.051.223
Independentes da Execução Orçamentária		19.102.619.094	7.846.140.611
		92.595.811.916	83.284.191.834
Recebimentos Extraorçamentários	9.3		
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		111.383.397	120.104.023
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		118.191.201	338.824.719
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		5.308.997	4.338.031
Outros Recebimentos Extraorçamentários		12.292.756	16.103.407
		247.176.351	479.370.181
Saldo do Exercício Anterior			
Caixa e Equivalentes de Caixa		124.919.597	155.528.756
		124.919.597	155.528.756
Total		93.856.939.247	84.533.404.032

<i>Dispêndios</i>	<i>Nota</i>	<i>30/09/2025</i>	<i>30/09/2024</i>
Despesas Orçamentárias	9.1		
Ordinárias		931.513.813	969.628.660
Vinculadas		502.422.057	1.128.244.090
		1.433.935.870	2.097.872.750
Transferências Financeiras Concedidas	9.2		
Resultantes da Execução Orçamentária		72.235.775.915	73.768.910.320
Independentes da Execução Orçamentária		19.650.942.058	8.326.334.987
		91.886.717.973	82.095.245.307
Pagamentos Extraorçamentários	9.3		
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		142.512.111	114.078.639
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		79.454.426	69.239.058
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.468.618	5.348.909
Outros Pagamentos Extraorçamentários		201.147.511	2.680.763
		424.582.666	191.347.369
Saldo do Exercício Seguinte			
Caixa e Equivalentes de Caixa		111.702.738	148.938.606
		111.702.738	148.938.606
Total	9	93.856.939.247	84.533.404.032

VI - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxos de Caixa	Nota	30/09/2025	30/09/2024
Das Atividades Operacionais	8.1	-12.647.904	11.219.506
Ingressos			
Receita de Contribuições		28.430.434	51.895.469
Remuneração das Disponibilidades		659.882	517.519
Outras Receitas Derivadas e Originárias		859.941.067	561.734.035
Transferências Recebidas		0	0
Outros Ingressos Operacionais		92.612.996.485	83.304.200.105
Subtotal		93.502.027.868	83.918.347.128
Desembolsos			
Trabalho		-1.112.305.384	-1.294.868.358
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas		417.184	433.168
Demais Despesas		-177.454.976	-324.466.081
Transferências Concedidas		-135.998.493	-184.951.372
Outros Desembolsos Operacionais		-92.089.334.102	-82.103.274.979
Subtotal		-93.514.675.771	-83.907.127.622
Das Atividades de Investimento		-568.955	-17.809.656
Ingressos			
Alienação de Bens		0	166.238
Amortização de Empréstimos e		0	0
Outros Ingressos de Investimentos		0	0
Subtotal Ingressos		0	166.238
Desembolsos			
Aquisição de Ativo Não Circulante		-57.845	-14.135.040
Outros Desembolsos de Investimentos		-511.110	-3.840.854
Subtotal Desembolsos		-568.955	-17.975.894
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	8	-13.216.859	-6.590.151
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		124.919.597	155.528.756
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		111.702.738	148.938.606

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

<i>Transferências e Delegações</i>	<i>30/09/2025</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Transferências e Delegações Recebidas				
Sub-Repasse Recebido	1.150.502.594	1.892.950.858	-39%	1%
Cota Recebida	71.946.186.850	73.164.662.138	-2%	78%
Demais Transf. e Delegações Recebidas	19.091.661.265	7.647.210.570	150%	21%
Transferências Recebidas para Pgto. de RP	407.461.208	579.368.269	-30%	0%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	43.593.683	19.724.923	121%	0%
Subtotal	92.639.405.599	83.303.916.757	11%	100%
Transferências e Delegações Concedidas				
Sub-Repasse Concedido	1.150.502.594	1.892.950.858	-39%	1%
Movimentações de Saldos Patrimoniais	863.763.563	563.045.865	53%	1%
Transferências Concedidas para Pgto. de RP	301.833.390	501.444.721	-40%	0%
Repasse Concedido	70.885.363.743	71.819.218.764	-1%	77%
Demais Transf. e Delegações Concedidas	18.685.254.683	7.318.585.099	155%	20%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	33.018.325	55.832.083	-41%	0%
Subtotal	91.919.736.297	82.151.077.390	12%	100%
Total	719.669.302	1.152.839.367	-38%	100%

Fonte: Siafi

QUADRO DE DESPESAS EXECUTADAS POR FUNÇÃO

<i>Pessoal e Demais Despesas</i>	<i>30/09/2025</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Administração	- 389.245	- 13.487.033	-97%	0%
Assistência Social	- 194.099	-	-100%	0%
Previdência Social	- 6.696.189	- 5.659.586	18%	1%
Trabalho	- 1.112.305.384	- 1.294.868.358	-14%	86%
Educação	-	-	0%	0%
Gestão Ambiental	- 32.558	-	-100%	0%
Indústria	-	-	0%	0%
Encargos Especiais	- 170.142.885	- 305.319.463	-44%	13%
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas	417.184	433.168	-4%	0%
Total	- 1.289.343.177	- 1.618.901.271	-20%	100%

Fonte: Siafi

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis – Exercício Financeiro de 2025

As Demonstrações Contábeis (DCON) do MTE e suas supervisionadas são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

As DCON do Órgão Superior MTE foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis dos órgãos e entidades do MTE, integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelas reavaliações reconhecidas, ajustes para redução ao valor recuperável de ativos e instrumentos financeiros mensurados com base no valor de custo acrescidos das atualizações monetárias e juros registrados até a data do fechamento das demonstrações contábeis em contas de resultado.

2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MTE, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

2.1 Moeda funcional

A moeda funcional do Ministério do Trabalho e Emprego, seus órgãos e entidades é o real.

2.2 Estoques

Compreendem o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964. Há também, a possibilidade de redução de

valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

2.3 Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos apresentam a seguinte divisão:

- I. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- II. Fornecedores e contas a pagar;
- III. Provisões; e
- IV. Demais obrigações.

2.4 Provisões

As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e o seu valor pode ser estimado com suficiente segurança.

2.5 Patrimônio Líquido

Patrimônio líquido é o termo utilizado para se referir à mensuração residual no balanço patrimonial (ativo menos passivo). O patrimônio líquido pode ser positivo ou negativo.

2.3 Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- a. Patrimonial;
- b. Orçamentário; e
- c. Financeiro.

2.3.1 Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta “Superavit/Déficit do Exercício”. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.

2.3.2 Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

2.3.3 Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios (orçamentários e extraorçamentários) que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

BALANÇO PATRIMONIAL

1. CAIXA EQUIVALENTE DE CAIXA

O subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa são os recursos para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato, sendo composto pelo somatório dos valores do limite de saque da Conta Única da União para atender a despesas com vinculação de pagamento das unidades gestoras do MTE.

<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	<i>30/09/2025</i>	<i>31/12/2024</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Caixa	110.730.142	124.002.802	-11%	99%
Bancos	972.596	916.795	6%	1%
Total	111.702.738	124.919.597	-11%	100%

Fonte: Siafi, valores em R\$.

O caixa é composto pelos recursos disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional (Limite de Saque) para pagamento de despesas correntes e de capital.

<i>Caixa</i>	<i>30/09/2025</i>	<i>31/12/2024</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Limite de Saque	110.730.142	124.002.802	-11%	100%
Total	110.730.142	124.002.802	-11%	100%

Fonte: Siafi, valores em R\$.

Os bancos são compostos pelos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional (CTU) depositados no Banco Central do Brasil (BCB).

<i>Bancos</i>	<i>30/09/2025</i>	<i>31/12/2024</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Tesouro Nacional	972.596	916.795	6%	100%
Total	972.596	916.795	6%	100%

Fonte: Siafi, valores em R\$.

Nas tabelas acima, percebe-se que a que o limite de saque equivale a quase 100% do saldo da conta caixa equivalente caixa, em decorrência da liberação de recursos financeiros da Lei Orçamentária de 2025.

Política Contábil

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem a conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

2. CRÉDITOS DE CURTO E LONGO PRAZO

Compreendem os direitos a receber a curto e longo prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

2.1 – Demais Créditos e Valores

Os Demais Créditos e Valores compreendem os valores a receber pelas demais transações (que não se enquadram nos outros grupos de contas classificados nos créditos a receber realizáveis no curto e longo prazo).

<i>Demais Créditos e Valores</i>	<i>30/09/2025</i>	<i>31/12/2024</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>	
Créditos por Dano ao Patrimônio	165.662	165.662	0%	0,03%	Circulante
Recursos da União	147.169.347	147.169.668	0%	26,08%	
Outros Créditos e Valores	416.937.529	396.130.199	5%	73,89%	
Subtotal	564.272.537	543.465.529	4%	100,00%	
(-) Ajuste para Perdas	- 165.662	- 165.662	0%	-0,03%	
Total	564.106.875	543.299.867	4%	100,00%	

Fonte: Siafi, valores em R\$.

<i>Demais Créditos e Valores</i>	<i>30/09/2025</i>	<i>31/12/2024</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>	
Créditos por Dano ao Patrimônio	213.588.928	205.135.518	4%	100%	Não Circulante
Recursos da União	-	-	0%	0%	
Outros Créditos e Valores	-	-	0%	0%	
Subtotal	213.588.928	205.135.518	4%	100%	
(-) Ajuste para Perdas	-205.111.412	-205.135.518	0%	-96%	
Total	8.477.516	-	100%	100,00%	

Fonte: Siafi, valores em R\$.

<i>Demais Créditos e Valores</i>	<i>30/09/2025</i>	<i>31/12/2024</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>	
Créditos por Dano ao Patrimônio	213.754.590	205.301.180	4%	37,33%	Agrupado
Recursos da União	147.169.347	147.169.668	0%	25,70%	
Outros Créditos e Valores	416.937.529	396.130.199	5%	72,82%	
Subtotal	777.861.465	748.601.047	4%	135,85%	
(-) Ajuste para Perdas	-205.277.074	-205.301.180	0%	-35,85%	
Total	572.584.391	543.299.867	5%	100,00%	

Fonte: Siafi, valores em R\$.

Em referência ao quadro acima, que consolida os valores de diversos responsáveis no grupo circulante e não circulante, cerca de 72,82% desses valores referem-se aos de outros créditos e valores que, em pouco mais da metade, referem-se a recursos da União, a serem recebidos na conta única do Tesouro Nacional, compostos das devoluções de GRU do Benefício Emergencial. A outra metade, trata de valores de adiantamento de Termo de Execução Descentralizada, que registra os valores relativos ao adiantamento de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por TED, pendentes de prestação de contas.

2.1.1 Créditos por Dano ao Patrimônio

Créditos por Dano ao Patrimônio são valores referentes à TCE instauradas pelo MTE, contra responsáveis pela gestão dos recursos públicos que foram encaminhadas ao TCU e julgadas como irregulares, sendo classificadas na conta de ativo a curto e longo prazo, conforme Macrofunção 02.11.38 STN. O montante registrado em Contas a Receber está mensurado por seu valor atualizado de realização, através do Sistema de Atualização de Débito disponibilizado no portal do TCU.

<i>Créditos por Dano ao Patrimônio</i>	<i>30/09/2025</i>	<i>31/12/2024</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Falta ou Irregularidade de Comprovação	213.588.928	205.135.518	4%	100%
Pagamentos Indevidos	0	0	0%	0%
Crédito a Receber por Fraudes em Benefícios	165.662	165.662	0%	0%
Débito de Terceiros em Prestação de Serviços	213.754.590	205.301.180	4%	100%
Créditos de Servidor	-205.277.074	-205.301.180	0%	-96%
Subtotal	8.477.516	0	100%	4%

Fonte: Siafi, valores em R\$.

Política Contábil

a) Créditos por Dano ao Patrimônio

São valores relacionados às TCE (Tomada de Contas Especiais) oriundas de recursos do FAT, instauradas pelo Ministério do Trabalho através da Diretoria de Prestação de Contas – DPC, contra os responsáveis pela gestão dos recursos públicos, os quais foram enviados ao TCU quando o valor do débito atualizado for igual ou superior a R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais) e com julgamento irregular das contas, conforme IN 98 TCU.

O Manual Siafi macrofunção nº 021138 – Diversos Responsáveis, no item 2.3.9.1, estabelece que o montante a ser registrado em Contas a Receber deve ser mensurado por seu valor atualizado de realização, de forma a assegurar a fiel demonstração dos fatos contábeis, levando-se em consideração, inclusive, eventuais correções monetárias e juros ou multas incidentes sobre o valor original, de acordo com os normativos legais pertinentes.

Dessa forma, no momento da inscrição do débito apurado, deve-se consultar o Sistema de Atualização de Débito disponibilizado no portal do TCU, com fins de se obter o montante atualizado a ser contabilmente registrado. É aconselhável que atualizações dos valores registrados sejam feitas rotineiramente, no mínimo uma vez a cada exercício (preferencialmente no mês de dezembro). "(grifo nosso).

A metodologia de apuração utiliza como base os saldos e as datas iniciais do período da última atualização realizada nos registros de cada unidade gestora do MTE.

O Manual Siafi macrofunção nº 021138 – Diversos Responsáveis, no item 2.5, estabelece que os valores inscritos como responsabilidades apuradas sejam atualizados no mínimo anualmente, de preferência no mês de dezembro de cada exercício, através do Sistema de Atualização de Débito do TCU.

Os valores são atualizados por meio da Calculadora de Débitos do TCU, com a aplicação de juros de mora até a mesma data, quando aplicável de acordo com as legislações pertinentes. As atualizações dos créditos a receber de diversos responsáveis são realizadas e registradas anualmente.

Ajustes de Perdas – TCE

b) Os ajustes de perdas estimadas, conforme o Manual Siafi macrofunção nº 020342 define que:

O ajuste de perdas de créditos compreende o ajuste para perdas estimadas com o não recebimento de valores do ativo (créditos tributários, dívida ativa, transferências, clientes, empréstimos concedidos, demais créditos), por inadimplência de terceiros e outras e que para mensurar o valor recuperável dos créditos a receber, recomenda-se a utilização de uma metodologia baseada no histórico de recebimentos passados.

A metodologia empregada para calcular o ajuste de perdas apurado no TCE baseou-se na média percentual de créditos não recebidos nos últimos três exercícios:

Cálculo do Percentual de Recebimento (PR): O cálculo do percentual de recebimento dos créditos é realizado dividindo os valores recebidos no exercício em análise pelo saldo dos créditos a receber no mesmo ano.

$$PR = \frac{\text{Valores Recebidos}}{\text{Saldo de Créditos a Receber}}$$

Cálculo do Percentual de Créditos Não Recebidos (PCNR): O percentual de Créditos Não Recebidos é o resultado da subtração de 100 pelo percentual de Recebimento.

$$PCNR = 100 - PR$$

Cálculo do Ajuste para Perdas dos Créditos por Dano ao Patrimônio: O Ajuste para Perdas dos Créditos por Dano ao Patrimônio é obtido pela aplicação do percentual médio de créditos não recebidos dos últimos 3(três) anos sobre o Estoque de Créditos por Dano ao Patrimônio.

Ajuste de Perdas Estimadas =

$$\frac{PCNR \text{ ano1} + PCNR \text{ ano2} + PCNR \text{ ano3}}{3} \times \text{Estoque de Créditos a Receber ano corrente}$$

3 . IMOBILIZADO

Política Contábil

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

A depreciação é realizada pelo método das cotas constantes. As vidas úteis e valores residuais utilizados são definidos pela Macrofunção Siafi 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações conforme a seguir:

Tabela de vida útil e valor residual para cada conta contábil

CONTA CONTÁBIL	Vida Útil (anos)	Valor Residual (%)
12311.01.01 APARELHOS DE MEDICAÇÃO E ORIENTAÇÃO	15	20%
12311.01.02 APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	20%
12311.01.03 EQUIPAM/UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTO, LAB E HOSP	15	20%
12311.01.04 APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSÕES	10	20%
12311.01.05 EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	10	20%
12311.01.06 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	20	20%
12311.01.07 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	20%
12311.01.08 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15	20%
12311.01.09 MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	10	20%
12311.01.10 EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	5	20%
12311.01.11 EQUIPAMENTO E MATERIAS SIGILOSO E RESERVADOS	10	20%
12311.01.12 EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSÓRIOS P/AUTOMOVEIS	5	20%
12311.01.13 EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSÓRIOS MARÍTIMOS	15	20%
12311.01.14 EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSÓRIOS AERONÁUTICOS	30	20%
12311.01.15 EQUIPAM, PECAS E ACESSÓRIOS PROTEÇÃO AO VOO	30	20%
12311.01.16 EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	15	20%
12311.01.17 EQUIPAM DE MAQUINAS E MOTORES NAVIOS ESQUADRA (**)	-	-
12311.01.18 EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	20	20%
12311.01.19 EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO E VIGILANCIA AMBIENTAL	10	20%
12311.01.20 MAQUINAS E UTENSÍLIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	10	20%
12311.01.21 EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	20%
12311.01.23 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS CONSTRUÇÃO CIVIL	20	20%
12311.01.24 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELÉTRICO ELÉTRONICOS	10	20%
12311.01.25 MAQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	20%
12311.01.99 OUTRAS MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	10	20%
12311.02.01 EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	20%
12311.03.01 APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10	20%
12311.03.02 MAQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10	20%
12311.03.03 MOBILIÁRIO EM GERAL	10	20%
12311.03.04 UTENSÍLIOS EM GERAL	10	20%
12311.04.02 COLEÇÕES E MATERIAS BIBLIOGRÁFICOS	10	20%
12311.04.03 DISCOTECAS E FILMOTECAS	5	20%
12311.04.04 INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	20	20%
12311.04.05 EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10	20%
12311.04.06 OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSIÇÃO (**)	-	-
12311.04.07 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA FINS DIDÁTICOS	10	20%
12311.04.99 OUTROS MATERIAS CULTURALS, EDUCAC E DE COMUN	10	20%
12311.05.01 VEÍCULOS EM GERAL	15	20%
12311.05.02 VEÍCULOS FERROVIÁRIOS	30	20%
12311.05.03 VEÍCULOS DE TRACAO MECANICA	15	20%
12311.05.04 CARROS DE COMBATE	30	20%
12311.05.05 AERONAVES (**)	-	-
12311.05.06 EMBARCACOES (**)	-	-
12311.09.00 ARMAMENTOS	20	25%
12311.10.00 SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	10	20%
12311.99.04 ARMAZENS ESTRUTURALS COBERTURAS DE LONA	10	20%
12311.99.09 PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	10	20%

(**) Segundo a Macrofunção Siafi 02.03.30, os valores são definidos a critério dos órgãos que possuem tais bens.

(**) Não sofre depreciação

3.1 Bens Móveis

Os bens móveis do MTE estão distribuídos nas Superintendências Regionais e cada Superintendência possui autonomia administrativa. Para o efetivo controle dos estoques de materiais e bens patrimoniais existe a recomendação de utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS, o qual encontra-se em fase de implantação no âmbito deste ministério.

Desta forma, nem todos os bens do MTE estão registrados no SIADS e algumas unidades gestoras realizam a depreciação dos bens móveis, utilizando-se de sistemas patrimoniais corporativos internos, pelo método das cotas constantes, com base na tabela de vida útil e de valor residual constante na Macrofunção 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão.

Bens Móveis	Bens de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Máq, Aparel, Eqpto e Ferram	Mat Cult, Edu e de Comunic	Demais Bens Móveis	Total
Custo							
Saldo Inicial	122.144.981	74.025.776	53.560.636	15.267.722	3.287.386	0	268.286.501
Adição	3.182.471	5.113.188	-1.323.086	251.620	373.955	0	7.598.149
Baixa	-2.253.498	-224.263	-1.857.252	-568.253	-313.344	0	-5.216.609
Reavaliação	-760.873	394.076	27.245	-90.256	19.045	0	-410.763
Transferência	-2.969.582	-2.331.268	1.651.774	-100.988	-20.804	0	-3.770.868
Saldo Final	119.343.499	76.977.510	52.059.317	14.759.845	3.346.238	0	266.486.410
%	44,78%	28,89%	19,54%	5,54%	1,26%	0,00%	100,00%
(-) Depreciação							
Saldo Inicial	-20.439.315	-7.013.958	-10.596.591	-2.200.825	-666.264	-169.304	-41.086.258
Depreciação	-6.267.544	-1.695.346	-14.184.025	-140.140	-95.004	-9.037	-22.391.096
Baixa	163.160	454.667	12.523.306	49.542	43.780	2.628	13.237.082
Transferência	-121	0	-2.261	-121	0	0	-2.503
Redução ao valor recup de imobilizado	0	0	0	0	0	0	0
Saldo Final	-26.543.820	-8.254.637	-12.259.571	-2.291.544	-717.488	-175.714	-50.242.775
Saldo em 31/12/2024	101.705.666	67.011.818	42.964.046	13.066.896	2.621.122	-169.304	227.200.243
Saldo em 30/09/2025	92.799.679	68.722.873	39.799.746	12.468.301	2.628.750	-175.714	216.243.635

Fonte: Siafi, valores em R\$.

Os valores constantes na tabela acima não contêm os ajustes referentes a depreciação/amortização/redução ao valor recuperável.

Cabe destacar que nem todos os bens do MTE estão registrados no SIADS e algumas unidades gestoras realizam a depreciação dos bens móveis, utilizando-se de sistemas patrimoniais não institucionalizados, pelo método das cotas constantes, com base na tabela de vida útil e de valor residual constante na manual Siafi - Macrofunção 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão.

3.2 Bens Imóveis

Os bens imóveis do MTE estão distribuídos nas Superintendências Regionais e cada Superintendência possui autonomia administrativa. Para o efetivo controle dos bens existe a recomendação de utilização do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet).

<i>Bens Imóveis</i>	<i>Edifícios</i>	<i>Imóveis Residenciais/Comerciais</i>	<i>Terrenos e Glebas</i>	<i>Demais Bens Imóveis</i>	<i>Total</i>
Custo					
Saldo Inicial	206.108.448	15.517.367	4.402.843	11.637.501	237.666.159
Adição	0	0	0	0	0
Baixa	0	0	0	0	0
Reavaliação	10.452.021	9.604	0	0	10.461.625
Transferência	-5.675.354	0	0	24.517.756	18.842.402
Saldo Final	210.885.115	15.526.971	4.402.843	36.155.257	266.970.186
%	78,99%	5,82%	1,65%	13,54%	100,00%
(-) Depreciação					
Saldo Inicial	0	0	0	-2.618.481	-2.618.481
Depreciação	0	0	0	-515.459	-515.459
Baixa	0	0	0	0	0
Transferência	0	0	0	-421	-421
Saldo Final	0	0	0	-3.134.361	-3.134.361
Saldo em 31/12/2024	206.108.448	15.517.367	4.402.843	9.019.020	235.047.678
Saldo em 30/09/2025	210.885.115	15.526.971	4.402.843	33.020.896	263.835.825

Fonte: Siafi, valores em R\$.

Política Contábil

Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, as NBC TSP, o MCASP, a Lei nº 10.180/2001 e o Decreto nº 6.976/2009.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual Siafi, Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração direta da União, suas Autarquias e Fundações, disponível no sítio do Tesouro Nacional, e na Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014.

Reavaliação

Segundo o art. 4º da Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais:

Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU);

II. Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; e

III. Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, entre outros.

Ainda de acordo com o referido normativo, os valores deverão ser atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Redução ao Valor Recuperável

A entidade avalia se há qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, caso haja indício, deverá realizar testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual Siafi, especificamente na Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, disponível no sítio do Tesouro Nacional.

Conforme descrito no item 3.1 da Macrofunção supracitada, no momento da adoção inicial, por se tratar de uma mudança no critério contábil, a perda por não recuperabilidade será reconhecida como ajustes de exercícios anteriores, impactando diretamente o patrimônio líquido. Após a adoção inicial, a perda por não recuperabilidade do ativo será reconhecida no resultado patrimonial, podendo ter como contrapartida o bem ou uma conta retificadora. Depois do reconhecimento de uma perda por não recuperabilidade, a variação patrimonial diminutiva de depreciação, amortização ou exaustão do ativo será ajustada para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual.

Depreciação, Amortização e Exaustão

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado ou do intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis objeto da Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014, que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e seguem critérios específicos tratados no tópico seguinte.

Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Entretanto, conforme item 6.10 da Macrofunção 020330, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis do MTE e suas entidades supervisionadas é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

4 . INTANGÍVEL

O Intangível compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

<i>Intangível</i>	<i>Softwares</i>	<i>Softwares em Fase de Desenvolvimento</i>	<i>Total</i>
Vida Útil Definida			
Saldo Inicial	64.008.297	163.586	64.171.883
Adição	6.304.011	0	6.304.011
Baixa	-114.108	0	-114.108
Transferência	0	0	0
Saldo Final	70.198.199	163.586	70.361.785
Vida Útil Indefinida			
Saldo Inicial	51.527.328	0	51.527.328
Adição	0	0	0
Baixa	0	0	0
Transferência	0	0	0
Saldo Final	51.527.328	0	51.527.328
(-) Amortização			
Saldo Inicial	0	0	0
Amortização	0	0	0
Baixa	0	0	0
Transferência	0	0	0
Saldo Final	0	0	0
Saldo em 31/12/2024	115.535.625	163.586	115.699.211
Saldo em 30/09/2025	121.725.527	163.586	121.889.113

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE
Secretaria Executiva – SE
Departamento de Administração, Finanças e Contabilidade – DAFC
Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos – CGCC
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas – 2025 – 3º Trimestre
Administração Direta



Fonte: Siafi, valores em R\$.

5 . CONTAS DE CONTROLE

As Contas de Controle são contas com função precípua de controle dos atos potenciais com esta característica, ou seja, o registro de abertura dos controles dos contratos e os convênios e ainda a inscrição de controles por meio de fatos contábeis praticados pelo gestor que podem vir a refletir na gestão do patrimônio público.

Controle	30/09/2025	31/12/2024	AH%
Execução dos Atos Potenciais			
Atos Potenciais Passivos			
Convênios e Instrumentos Congêneres	2.130.424.590	2.234.656.530	95%
Contratos em Execução	3.240.744.960	2.196.271.911	148%
Controle de Responsabilidade P/ Valores, títulos e Bens			
Responsabilidade de Terceiros	542.657	565.146	96%
Responsabilidade com Terceiros	63.184	63.184	100%

Fonte: Siafi, valores em R\$.

5.1 - Convênios e Instrumentos Congêneres

Compreende a execução dos valores de convênios e outros instrumentos congêneres para saída de recursos firmado com outras entidades com a finalidade atingir objetivos comuns. Abaixo é apresentado o “estoque de prestação de contas” do MTE:

Estoque de Prestação de Contas de Convênios e Congêneres

Estoque de Prestação de Contas	30/09/25	31/12/24	AV%	AH%
Anterior a 2002	2	250.000	0,00%	-100,00%
Entre 2003 e 2006	38.587.546	36.338.095	3,08%	6,19%
Entre 2007 e 2010	334.811.556	525.591.199	26,47%	-36,30%
Entre 2011 e 2014	428.624.229	402.692.302	33,77%	6,44%
Entre 2015 e 2019	255.757.976	191.553.775	17,31%	33,52%
Entre 2020 e 2024	173.141.032	211.586.941	12,71%	-18,17%
Ano 2025	80.365.948	0		100,00%
A Vencer	82.099.458	176.901.588	6,67%	-53,59%
Total	1.393.387.746	1.544.913.900	100,00%	-9,81%

Fonte: Siafi, valores em R\$.

5.2 Contratos em Execução

Compreende o registro da execução dos valores de obrigações contratuais, quando a administração pública participa como contratante.

O quadro a seguir apresenta os Contratos de Serviços em Execução do Ministério do Trabalho e Emprego.

Contratos de serviços em Execução	30/09/2025	31/12/2024	AH%	AV%
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMACOES DA PREVIDENCIA S.A	1.543.995.997	862.799.908	79%	47,72%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.232.023.456	877.987.859	40%	38,07%
TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS S/A	170.013.998	178.162.905	-5%	5,25%
ETICA TURISMO VIAGENS RECEPTIVOS LTDA	47.242.097	26.410.916	79%	1,46%
BANCO DO BRASIL SA	37.209.588	47.707.733	-22%	1,15%
ARAUJO ABREU ENGENHARIA LTDA	35.415.642	46.218.794	-23%	1,09%
LINUXELL INFORMATICA E SERVICOS LTDA	27.896.384	31.020.717	-10%	0,86%
G&E SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA	21.208.941	25.061.106	-15%	0,66%
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	18.032.473	18.901.717	-5%	0,56%
TRDT BRASIL TECNOLOGIA LTDA	17.903.554	586.731	2951%	0,55%
STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A.	13.420.278	6.323.284	112%	0,41%
PROCLIMA ENGENHARIA LTDA	13.033.579		100%	0,40%
SOLLO SERVICOS LTDA	11.457.166	9.983.658	15%	0,35%
ALUCOM LTDA	7.666.470		100%	0,24%
LINUXELL INFORMATICA E SERVICOS LTDA	7.307.026		100%	0,23%
DF TURISMO E EVENTOS LTDA	6.836.853	6.853.160	0%	0,21%
LANLINK SOLUCOES E COMERCIALIZACAO EM INFORMATICA S/A	3.521.228		100%	0,11%
CONVERGINT COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA	3.397.115	4.419.759	-23%	0,10%
SOLUCAO SERVICOS COMERCIO E CONSTRUCAO LTDA	1.885.558	870.423	117%	0,06%
SOLUTION LOGISTICA E EVENTOS LTDA	1.505.137		100%	0,05%
PRODUTIVA SERVICOS OBRAS MANUTENCAO E LOCACAO DE MAO DE	1.440.111	1.503.761	-4%	0,04%
EUROSEG VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	1.400.201	5.059.221	-72%	0,04%
M/CHECON DESIGN E CENOGRAFIA LTDA	1.312.276		100%	0,04%
NARA VEICULOS LTDA	1.208.909	1.305.165	-7%	0,04%
FUNDACAO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONOMICAS FIPE	1.074.367	3.005.726	-64%	0,03%
LAQUARELY GRAFICA E EDITORA LTDA	1.008.479	1.223.347	-18%	0,03%
DIVERSOS	7.436.320	32.250.805	-77%	0,23%
Total	3.235.853.204	2.187.656.694	47,91%	100%

Fonte: Siafi, valores em R\$.

No quadro a seguir, apresentam-se os Contratos de Bens em Execução do Ministério do Trabalho e Emprego.

<i>Contratos de Fornecedores de Bens em Execução</i>	<i>30/09/2025</i>	<i>31/12/2024</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
ROTA 406 COMBUSTIVEIS LTDA	556.728	0	556728%	74%
NARA VEICULOS LTDA	200.559	200.559	100%	26%
Outros	0	4.212.745	0%	0%
Total	757.287	4.413.304	-83%	100%

Fonte: Siafi, valores em R\$.

A seguir são apresentados os Contratos de Aluguel em Execução do Ministério do Trabalho e Emprego.

<i>Contratos de Aluguel em Execução</i>	<i>30/09/2025</i>	<i>31/12/2024</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
AR EMPREENDIMENTOS, PARTICIPACOES E SERVICOS LTDA	4.048.725	3.674.178	10%	100%
Outro	6.306	516.844	-99%	0%
Total	4.055.031	4.191.022	-3%	100%

Fonte: Siafi, valores em R\$.

5.3 - Diversos Responsáveis

Esse grupo de contas registra as responsabilidades apuradas decorrentes de atos praticados por gestores, servidores ou terceiros que possam resultar em prejuízos para a fazenda nacional. Representa os valores cujo processo de tomada de contas especial foi encerrado, porém não apreciados e julgados pelo TCU.

<i>Diversos Responsáveis</i>	<i>30/09/2025</i>	<i>31/12/2024</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Falta ou Irregularidade de Comprovação	371.976.657	339.849.978	9%	100%
Pagamentos Indevidos	99.245	1.564.074	-94%	0%
Responsáveis Por Danos Ou Perdas	60.118	60.118	0%	0%
Total	372.136.019	341.474.170	9%	100%

Fonte: Siafi, valores em R\$.

5.4 – Passivos Contingentes

Segundo o MCASP (Manual de contabilidade aplicada ao Setor Público) no item 17.1. Define que:

Passivo Contingente é uma obrigação possível resultante de eventos passados e cuj
existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros
incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou

b. Uma obrigação presente resultante de eventos passados, mas que não é reconhecida
porque:

i. É improvável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial
de serviços seja exigida para a extinção da obrigação; ou

ii. Não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Foi criada pela Portaria DAL nº 16 de 26 de abril de 2019 a força tarefa que tinha como
responsabilidade o acompanhamento de contrato firmado entre a DATAPREV – Empresa de Tecnologia e
Informação da Previdência, que presta serviços especializados de solução de tecnologia de informação e
Comunicação (TIC), relativos a sistemas informatizados para operacionalização de ações de Amparo ao
Trabalhador (FAT) que dizem respeito ao programa de Seguro desemprego, abono salarial, sistemas de
identificação Profissional (SIP), programas de educação profissional e tecnológica, programas de geração de
emprego e renda e gestão do próprio fundo.

Em 2020 foi emitida pela força tarefa a Nota Técnica nº 49497/2020/ME com a finalidade de
apresentar valores controversos (aqueles sobre os quais resta discordância) através da análise da cobrança
de títulos em abertos e encargos com a empresa DATAPREV. A época foi evidenciada a existência da
obrigação, porém, com a cisão ocorrida no início de 2021 com o ministério da economia, não foi possível a
mensuração dos valores até o encerramento do atual exercício, impossibilitando o registro do passivo
contingente nas contas de controle no MTP/MTE.

De acordo com o item 17.6.2 do MCASP, visto que é uma obrigação presente, com provável
probabilidade de saída de recursos, comprovado o passivo, e que existe a possibilidade de estimativa de valor
atualizado, classificou-se o mesmo como passivo contingente na forma de evidenciação na presente nota
explicativa.

6 . DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). O resultado patrimonial apurado no terceiro trimestre do ano de 2025 foi **superavitário** conforme demonstrado na tabela abaixo.

Resultado Patrimonial do Período	30/09/2025	30/09/2024	AH%	AV%
Varição Patrimonial Aumentativa	93.676.326.868	84.004.561.294	12%	183587,80%
Varição Patrimonial Diminutiva	-93.625.301.512	-84.019.409.046	11%	-183487,80%
Total	51.025.356	-14.847.752	-444%	100,00%

Fonte: Siafi, valores em R\$.

6.1 Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA

As variações patrimoniais aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o MTE e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

6.2 Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o MTE, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

6.3 Desempenho Financeiro

A tabela abaixo compara o Resultado Financeiro (confronto entre as VPA financeiras e VPD financeiras), com o mesmo período do exercício anterior.

Desempenho Financeiro	30/09/2025	30/09/2024	AH%	AV%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras				
Juros e Encargos de Mora	93.008.556	66.309.468	40%	99,02%
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	919.349	517.671	78%	0,98%
	93.927.905	66.827.138	41%	100,00%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras				
Juros e Encargos de Mora	10.090	0	100%	0,01%
Variações Monetárias e Cambiais	0			
Outras Variações Patrimoniais	0	27.887	-100%	0,00%
	10.090	27.887	-64%	0,01%
Total	93.917.815	66.799.251	41%	100,00%

Fonte: Siafi, valores em R\$.

6.4 Desempenho Não Financeiro

Na tabela a seguir, é apresentado o resultado da DVP, expurgando-se os efeitos da VPA financeira e VPD financeira.

<i>Desempenho Não Financeiro</i>	<i>30/09/2025</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Aumentativa				
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	127.444.227	67.509.503	89%	13%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e	0	0	0%	0%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	787.117.759	514.411.054	53%	78%
	914.561.986	581.920.557	57%	91%
Diminutiva				
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	8.455.630	336.671.560	-97%	1%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital	525.893.384	455.673.235	15%	52%
Transferências e Delegações Líquidas	-719.669.302	-1.152.839.367	-38%	-71%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	64.464.446	26.520.812	143%	6%
Tributárias	242.284	87.388	177%	0%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	28.611.491	51.956.753	-45%	3%
	-92.002.068	-281.929.619	-67%	-9%
Total	1.006.564.054	863.850.176	17%	82%

Fonte: Siafi, valores em R\$.

6.5 Demonstração das Variações Patrimoniais – Ajustada

Visando qualificar as informações constantes na Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP foi evidenciado, no demonstrativo a seguir, a exclusão dos valores oriundos de transações realizadas intragrupo. Esses valores, por representarem transações financeiras ocorridas entre unidades gestoras do próprio MTE, não alteram o Patrimônio Líquido do fundo.

<i>Variação Patrimonial</i>	<i>30/09/2025</i>	<i>30/09/2024</i>
Aumentativa		
Contribuições	28.431.377	51.896.841
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	93.927.905	66.827.138
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	127.444.227	67.509.503
Transferências e Delegações Líquidas	719.669.302	1.152.839.367
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	787.117.759	514.411.054
	1.756.590.570	1.853.483.904
Diminutiva		
Pessoal, e Encargos	1.077.887.890	997.394.021
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	8.455.630	336.671.560
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital	525.893.384	455.673.235
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	10.090	27.887
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	64.464.446	26.520.812
Tributárias	242.284	87.388
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	28.611.491	51.956.753
	1.705.565.215	1.868.331.656
Total	51.025.356	-14.847.752

Fonte: Siafi, valores em R\$.

As exclusões efetuadas na DVP referem-se aos saldos originalmente registrados nos grupos “Transferências e Delegações Recebidas” e “Transferências e Delegações Concedidas”.

Os valores das Transferências e Delegações estão relacionados majoritariamente as movimentações financeiras efetuadas entre Unidades Gestoras do MTE. Essa rubrica está segregada da seguinte forma:

<i>Transferências e Delegações</i>	<i>30/09/2025</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Transferências e Delegações Recebidas				
Sub-Repasse Recebido	1.150.502.594	1.892.950.858	-39%	1%
Cota Recebida	71.946.186.850	73.164.662.138	-2%	78%
Demais Transf. e Delegações Recebidas	19.091.661.265	7.647.210.570	150%	21%
Transferências Recebidas para Pgto. de RP	407.461.208	579.368.269	-30%	0%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	43.593.683	19.724.923	121%	0%
Subtotal	92.639.405.599	83.303.916.757	11%	100%
Transferências e Delegações Concedidas				
Sub-Repasse Concedido	1.150.502.594	1.892.950.858	-39%	1%
Movimentações de Saldos Patrimoniais	863.763.563	563.045.865	53%	1%
Transferências Concedidas para Pgto. de RP	301.833.390	501.444.721	-40%	0%
Repasse Concedido	70.885.363.743	71.819.218.764	-1%	77%
Demais Transf. e Delegações Concedidas	18.685.254.683	7.318.585.099	155%	20%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	33.018.325	55.832.083	-41%	0%
Subtotal	91.919.736.297	82.151.077.390	12%	100%
Total	719.669.302	1.152.839.367	-38%	100%

Fonte: Siafi, valores em R\$.

A) Transferências e Delegações Recebidas

- I. Cota Recebida: Registra o valor dos recursos recebidos pela administração direta decorrentes da programação financeira correspondente ao orçamento anual.
- II. Sub-repasse Recebido: Registra o valor dos sub-repasses recebidos no exercício, decorrentes de transferências entre Unidades Gestoras do mesmo órgão, correspondente ao orçamento anual.
- III. Transferências Recebidas para Pagamento de RP: Registra os valores recebidos para o pagamento de Restos a Pagar.

B) Transferências e Delegações Concedidas

- I. Repasse Concedido: Registra a variação patrimonial diminutiva relativa ao valor dos recursos concedidos a título de transferências financeiras entre órgãos diferentes da administração direta ou indireta, correspondentes ao orçamento anual.
- II. Movimentações de Saldos Patrimoniais: Registra os bens e valores concedidos decorrentes de transferências para outra UG.

- III. Sub-repasse Concedido: Registra a variação patrimonial diminutiva relativa ao valor total dos sub-repasses concedidos por transferências financeiras entre UG de um mesmo órgão.
- IV. Transferências Concedidas para Pagamento de RP: Registra os valores das ordens de transferências concedidas para o pagamento de RP.

7. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

7.1 Conciliação: Balanço Orçamentário x Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em atenção ao padrão de apresentação de informações do Balanço Orçamentário - BO constante no item 2.3 do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, apresenta-se a seguir a conciliação do BO com os valores dos fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apresentados na Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC.

<i>Demonstrativo</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>30/09/2025</i>	<i>30/09/2024</i>
DFC Atividades Operacionais - Ingressos	Remuneração das Disponibilidades	659.882	517.519
	Transferências Recebidas	859.941.067	561.734.035
	Subtotal	860.600.949	562.251.554
Balanço Orçamento - Receitas Correntes	Receita Patrimonial	659.882	43.505
	Transferências Correntes	859.941.067	350.798.429
	Subtotal	860.600.949	350.841.934
Diferença		-	211.409.620
<i>Demonstrativo</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>30/09/2025</i>	<i>30/09/2024</i>
DFC Atividades Operacionais - Desembolsos	Trabalho	1.112.305.384	1.294.868.358
	Demais Despesas	177.454.976	324.466.081
	Transferências Concedidas	135.998.493	184.951.372
	Subtotal	1.425.758.853	1.804.285.810
DFC Atividades Investimento - Desembolsos	Aquisição de Ativo Não Circulante	57.845	14.135.040
	Outros Desembolsos de Investimentos	511.110	3.840.854
		568.955	17.975.894
Balanço Orçamento - Despesas Correntes	Despesas Correntes	1.425.061.596	1.795.623.862
	Subtotal	1.425.061.596	1.795.623.862
Balanço Orçamento - Despesas Capital			
	Outras Despesas Correntes	1.266.212	26.637.842
	Subtotal	1.266.212	26.637.842

Diferença		-	-
-----------	--	---	---

Fonte: Siafi, valores em R\$.

7.2 Restos a Pagar

O quadro da execução dos Restos a Pagar compõe o Balanço Orçamentário, conforme descrição a seguir:

Restos a Pagar	Inscritos e Reinscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
Não Processados	130.446.381	153.049	79.454.426	50.838.906
Processados	146.199.125	1.129.295	142.512.111	2.557.719
Total	276.645.506	1.282.344	221.966.537	53.396.625

Fonte: Siafi, valores em R\$.

A tabela a seguir apresenta os Restos a Pagar Não Processados detalhados por Ação de Governo:

Restos a Pagar Não Processados	Reinscritos	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Outras Despesas Correntes e de Capital						
REMUNERACAO A AGENTES FINANCEIROS	1.469.629	29.668.447	25.025.175	25.025.175	0	6.112.901
AUXILIO EXTRAORDINARIO DESTINADO A PESCADORES E PESCADORAS P	0	3.624.157	1.342.420	1.342.420	0	2.281.737
EXERCICIO DA PRESIDENCIA DO G20 PELO BRASIL	0	4.776.649	1.768.522	1.768.522	0	3.008.127
ADMINISTRACAO DA UNIDADE	5.253.860	23.131.198	18.292.260	18.292.260	0	9.612.847
ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	0	705.095	363.017	363.017	0	342.078
COMUNICACAO INSTITUCIONAL	0	143.232	0	0	0	143.232
GESTAO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO - SINE	80.436	1.693	0	0	0	82.129
ATIVOS CIVIS DA UNIAO	0	2.220.882	1.042.634	1.042.634	0	1.178.247
FISCALIZACAO DE OBRIGACOES TRABALHISTAS E INSPECAO EM SEGURA	78.968	750.102	311.212	311.212	0	517.859
DEMOCRATIZACAO DAS RELACOES DE TRABALHO	0	40.100	10.467	10.467	0	29.633
ESTUDOS, PESQUISAS E GERACAO DE INFORMACOES SOBRE TRABALHO,	408.162	3.026.923	2.757.692	2.757.692	0	677.392
QUALIFICACAO SOCIAL E PROFISSIONAL DE TRABALHADORES	429.412	0	0	0	0	429.412
BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	0	288.543	156.381	156.381	0	132.162
DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E FOMENTO DOS REGIMES DE P	326.913	0	0	0	0	326.913
FOMENTO E FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDARIAM, ASSOCIATIVIS	16.056.324	3.720.991	8.532.588	8.532.588	150.000	11.094.727
GESTAO DAS POLÍTICAS DE TRABALHO	1.421.634	4.213.716	1.751.351	1.751.351	0	3.883.998
BENEFÍCIO EMERGENCIAL DE MANUTENCAO DO EMPREGO E DA RENDA -	0	0	0	0	0	0

GESTAO E APOIO OPERACIONAL AO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR	0	30.975	3.501	3.377	0	27.599
RECONHECIMENTO DE DIREITOS DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	297.097	0	0	0	0	297.097
QUALIFICACAO SOCIAL E PROFISSIONAL - PROJOVEM TRABALHADOR	0	2.979.691	0	0	0	2.979.691
FOMENTO A INCLUSAO PRODUTIVA	102.767	280.237	20.955	20.955	0	362.049
GESTAO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT	9.896	0	0	0	0	9.896
CLASSIFICACAO BRASILEIRA DE OCUPACOES - CBO	300.035	433.558	433.558	433.558	0	300.035
CADASTROS PUBLICOS E SISTEMAS DE INTEGRACAO DAS ACOES DE TRA	4.575.468	19.153.270	17.370.897	17.365.967	0	6.362.772
FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS	307.486	458.784	276.850	276.850	3.049	486.372
FOMENTO PARA A ORGANIZACAO E O DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIM	160.000	0	0	0	0	160.000
TOTAL	31.278.089	99.648.243	79.459.480	79.454.426	153.049	50.838.906

Fonte: Siafi, valores em R\$.

A tabela a seguir apresenta os Restos a Pagar Processados detalhados por Ação de Governo:

<i>Restos a Pagar Processados</i>	<i>Reinscritos</i>	<i>Inscritos</i>	<i>Pagos</i>	<i>Cancelados</i>	<i>Saldo</i>
Outras Despesas Correntes					
Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança	14	80.210	30.512	49.711	0
REMUNERACAO A AGENTES FINANCEIROS	0	1.678.322	1.678.322	0	0
APOIO FINANCEIRO A TRABALHADORES E PESCADORES ARTESANAIS RES	0	1.146.503	1.146.503	0	0
GESTAO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO - SINE	0	3	0	3	0
FISCALIZACAO DE OBRIGACOES TRABALHISTAS E INSPECAO EM SEGURA	0	4.406	4.406	0	0
GESTAO DOS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS	0	2.535.840	2.535.090	0	750
GESTAO E APOIO OPERACIONAL AO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR	0	12.834	12.834	0	0
FOMENTO A INCLUSAO PRODUTIVA	0	13.958	13.958	0	0
CLASSIFICACAO BRASILEIRA DE OCUPACOES - CBO	0	467.963	467.963	0	0
CADASTROS PUBLICOS E SISTEMAS DE INTEGRACAO DAS ACOES DE TRA	0	22.412.500	21.035.442	0	1.377.058
ESTUDOS, PESQUISAS E GERACAO DE INFORMACOES SOBRE TRABALHO,	0	100.000	100.000	0	0
ESTUDOS, PESQUISAS E GERACAO DE INFORMACOES SOBRE TRABALHO,	0	657.160	647.979	9.181	0
BONUS DE EFICIENCIA E PRODUTIVIDADE DE SERVIDORES ATIVOS DA	0	90.908	34.791	17.094	39.023
FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS	326.896	99.561.942	99.561.313	629	326.896
Auxilio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	0	151.276	151.276	0	0
INDENIZACAO A SERVIDORES EM EXERCICIO EM LOCALIDADES DE FRON	0	29.553	29.553	0	0
APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	1.006	4.919.042	3.060.991	1.045.995	813.062
ADMINISTRACAO DA UNIDADE	0	796.549	796.549	0	0
ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	0	5.507.056	5.506.126	0	931
BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	0	128.138	128.138	0	0
AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	0	32.295	25.613	6.682	0
GESTAO DAS POLÍTICAS DE PREVIDENCIA E TRABALHO	0	5.544.750	5.544.750	0	0
TOTAL	327.916	145.871.209	142.512.111	1.129.295	2.557.719

Fonte: Siafi, valores em R\$.

7.3 Execução Orçamentária

Ação	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
0A26 - Concessão de Auxílio-Financeiro	4.671.652	0	0	0
00OM - Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013)	1.701.768	1.142.000	1.123.918	1.123.918
00S6 - Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012	3.250	0	0	0
0Z00 - Reserva de Contingência - Financeira	7.399.360	0	0	0
2A95 - Qualificação Social e Profissional – Projovem Trabalhador	2.983.947	0	0	0
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	177.301.675	123.990.000	118.248.457	118.248.457
20TP - Ativos Civis da União	1.051.237.134	743.165.314	731.202.271	731.082.078
20YU - Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho	34.052.996	29.093.642	17.568.388	16.795.103
20YV - Democratização das Relações de Trabalho	1.010.989	388.494	236.577	236.577
21AX - Gestão das Políticas de Trabalho	47.405.613	15.717.409	11.470.839	11.349.920
21AZ - Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - e Social	149.028.129	105.789.973	76.487.638	4.575.338
21BW - Bônus de Eficiência e Produtividade de Servidores Inativos e Pensionistas da União	0	0	0	0
21BX - Bônus de Eficiência e Produtividade e Pagamento Extraordinário por processos ou serviços de servidores ativos da União	150.453.352	111.400.000	111.376.086	111.376.086
0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	1.211.207	925.607	774.847	774.847
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	70.795.537	49.307.096	48.355.422	48.353.422
215F - Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo	72.795.054	39.935.868	12.019.626	11.795.767
216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	2.401.337	1.760.200	1.659.945	1.659.945
0643 - Complemento da Atualização Monetária dos Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Lei Complementar nº 110, de 2001)	158.900.000	39.672.407	28.428.232	28.428.232
2000 - Administração da Unidade	146.650.367	90.318.729	55.962.042	50.952.529
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	11.755.646	8.817.412	8.518.974	8.518.974
4641 - Publicidade de Utilidade Pública	8.200.044	0	0	0
4815 - Funcionamento das Unidades Descentralizadas	112.635.766	85.247.097	72.241.853	70.709.575
Total	2.212.594.823	1.446.671.248	1.295.675.117	1.215.980.770

Fonte: Siop, valores em R\$.

8. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

8.1. Geração Líquida de Caixa

As informações dos fluxos de caixa possibilitam avaliar as origens e aplicações dos recursos financeiros no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). No primeiro semestre de 2025, a Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R\$ 78.977.250, representando um aumento de 398% em relação ao mesmo período de 2024, cuja geração foi de R\$ 15.862.985.

Esse resultado decorre, majoritariamente, das atividades operacionais, que contribuíram com R\$ 79.149.124 no exercício de 2025, evidenciando um acréscimo de 228% em comparação ao exercício anterior. Por outro lado, as atividades de investimento apresentaram um fluxo negativo de R\$ 171.874, valor significativamente inferior ao registrado no mesmo período de 2024, o que representa uma redução de 98% na saída de caixa por essa atividade.

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa corresponde ao Resultado Financeiro apurado no Balanço Financeiro, refletindo a capacidade da entidade de gerar caixa líquido por meio de suas operações e decisões de investimento.

<i>Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	<i>30/09/2025</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Atividades Operacionais	-12.647.904	11.219.506	-213%	96%
Atividades de Investimento	-568.955	-17.809.656	-97%	4%
Total	-13.216.859	-6.590.151	101%	100%

Fonte: Siafi, valores em R\$.

8.2. Atividades Operacionais

A variação verificada no grupo de Atividades Operacionais está relacionada, predominantemente, aos valores registrados nas rubricas de Transferências e Delegações, os quais refletem, em sua maior parte, as movimentações financeiras realizadas entre Unidades Gestoras vinculadas ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Ademais, contribuíram para essa variação os pagamentos efetuados relativos a Sentenças Judiciais. Para maiores esclarecimentos, consultar a Nota 6.5 – Demonstração das Variações Patrimoniais.

8.3. Conciliação: Demonstração dos Fluxos de Caixa x Caixa e Equivalentes de Caixa

Em observância ao disposto no item 6.3 do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, no que se refere à obrigatoriedade de divulgação da conciliação entre o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e os saldos apresentados no Balanço Patrimonial, apresenta-se a seguir o demonstrativo referente ao encerramento do 3º trimestre dos exercícios de 2025 e 2024.

No exercício de 2025, a DFC evidencia um saldo inicial de R\$ 124.919.597, ao qual se somam os ingressos líquidos provenientes das atividades operacionais (R\$ 79.149.124) e se subtraem as saídas das

atividades de investimento (R\$ 171.874), resultando em um saldo final de R\$ 203.896.847. Valor idêntico é observado na composição do ativo disponível no Balanço Patrimonial, sendo R\$ 202.942.878 registrados na rubrica de Caixa e R\$ 953.969 na de Bancos.

O mesmo procedimento de conciliação pode ser observado no exercício de 2024, no qual o saldo final da DFC, após as variações decorrentes das atividades operacionais e de investimento, totalizou R\$ 171.391.741, valor compatível com os saldos registrados nas contas de Caixa (R\$ 170.519.993) e Bancos (R\$ 871.748) do Balanço Patrimonial.

Essa conciliação assegura a consistência entre as demonstrações contábeis e reforça a fidedignidade dos registros realizados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

<i>Demonstrativo</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>30/09/2025</i>	<i>30/09/2024</i>
Fluxos de Caixa	Saldo Inicial	124.919.597	155.528.756
	Ingressos Operacionais	-12.647.904	11.219.506
	Atividades de Investimento	-568.955	-17.809.656
	Atividades de Financiamento	0	0
	Subtotal	111.702.738	148.938.606
<i>Demonstrativo</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>30/09/2025</i>	<i>30/09/2024</i>
Caixa e Equivalentes de Caixa	Caixa	110.730.142	148.045.480
	Bancos	972.596	893.126
	Subtotal	111.702.738	148.938.606

Fonte: Siafi, valores em R\$.

9 . BALANÇO FINANCEIRO

9.1 – Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), apurado no Balanço Financeiro em 30/09/2025, totalizou R\$ 78.977.250, representando a Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa no período. Este indicador reflete o equilíbrio financeiro, e não o seu desempenho orçamentário.

Os principais componentes que impactaram o resultado foram:

- Resultado Orçamentário negativo de R\$ 348,9 milhões, decorrente da comparação entre as receitas (R\$ 610,1 milhões) e despesas orçamentárias (R\$ 958,9 milhões);
- Transferências Financeiras Líquidas positivas de R\$ 493,8 milhões, resultado da diferença entre os recursos recebidos (R\$ 60,3 bilhões) e os concedidos (R\$ 59,8 bilhões);
- Resultado Extraorçamentário negativo de R\$ 65,9 milhões.

Em comparação ao mesmo período de 2024, observa-se aumento de 398% na geração líquida de caixa, refletindo principalmente o reforço nas transferências financeiras intergovernamentais.

A apuração está em conformidade com os princípios contábeis aplicados ao setor público e encontra-se demonstrada também na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, cujo saldo final concilia-se com os valores registrados no Balanço Patrimonial.

<i>Resultado Financeiro</i>	<i>30/09/2025</i>	<i>30/09/2024</i>	<i>AH%</i>
Receita Orçamentária	889.031.383	614.313.261	45%
Despesa Orçamentária	-1.433.935.870	-2.097.872.750	-32%
Resultado Orçamentário	-544.904.487	-1.483.559.489	-63%
Transferências Financeiras Recebidas	92.595.811.916	83.284.191.834	11%
Transferências Financeiras Concedidas	-91.886.717.973	-82.095.245.307	12%
Transferências Financeiras Líquidas	709.093.944	1.188.946.527	-40%
Recebimentos Extraorçamentários	247.176.351	479.370.181	-48%
Pagamentos Extraorçamentários	-424.582.666	-191.347.369	122%
Resultado Extraorçamentários	-177.406.315	288.022.812	-162%
Resultado Financeiro do Exercício	-13.216.859	-6.590.151	101%
Geração Líquida de Caixa	-13.216.859	-6.590.151	101%

Fonte: Siafi, valores em R\$.

9.2 Receitas e Despesas Orçamentárias

A variação observada nas despesas orçamentárias é atribuída à realização de pagamentos relacionados às obrigações com o Ministério da Previdência Social e Ministério do Trabalho.

9.3 Transferências Financeiras – Recebidas e Concedidas

A variação observada no grupo de Transferências e Delegações decorre, predominantemente, das movimentações financeiras realizadas entre as Unidades Gestoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e os órgãos vinculados.

Tais variações correspondem às transferências intraórgão, cujos registros patrimoniais são impactados por operações financeiras de repasse e descentralização de créditos, sem impacto efetivo sobre o resultado econômico da entidade.

Para informações mais detalhadas sobre a composição e natureza dessas variações, recomenda-se a consulta à Nota 6.5 – Demonstração das Variações Patrimoniais – Ajustada.

9.4 Pagamentos e Recebimentos Extraorçamentários

A variação registrada no resultado financeiro entre os exercícios decorre, principalmente, do aumento na inscrição de Restos a Pagar, bem como da elevação nos pagamentos efetuados a título desses passivos.

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE
Secretaria Executiva – SE
Departamento de Administração, Finanças e Contabilidade – DAFC
Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos – CGCC
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas – 2025 – 3º Trimestre
Administração Direta



Tais movimentações impactam diretamente o fluxo financeiro do exercício, contribuindo para a oscilação entre os saldos iniciais e finais de caixa e equivalentes, conforme evidenciado na Demonstração dos Fluxos de Caixa e no Balanço Financeiro.